

Preservar um recurso, garantir um direito de todos

21-Mar-2005

Â DIA MUNDIAL DA Ã•GUA

Num momento em que se assinala o Dia Mundial da Ã•gua, o STAL exige que o novo Governo dÃª um sinal claro de que estÃ¡ disposto a travar a ofensiva privatizadora no sector da Ã•gua e ambiente, definindo orientaÃ§Ãµes sÃ©rias e seguindo prÃ¡ticas consequentes que promovam a utilizaÃ§Ã£o racional deste valioso recurso â€“ patrimÃ³nio comum e um direito fundamental da humanidade, que nÃ£o pode ser submetido Ã lÃ¡gica e sede de lucros dos interesses privados.

Â

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da AdministraÃ§Ã£o Local considera que as razÃµes evocadas durante a campanha eleitoral pelo actual primeiro-ministro, JosÃ© SÃ³crates, para acabar com o modelo de sociedades anÃ³nimas na gestÃ£o dos Hospitais pÃºblicos se aplicam, porventura ainda com maior acuidade, ao sensÃ­vel sector da Ã•gua e do ambiente.

Da mesma forma que o ServiÃ§o Nacional de SaÃºde nÃ£o deve ser encarado como Ã¡rea de negÃ³cios de grupos privados â€“ nem os portugueses que a ele recorrem ser tratados como Â«clientesÂ», mas sim como cidadÃ£os com direitos constitucionais iguais â€“ tambÃ©m a Ã•gua e o ambiente sÃ£o Ã¡reas em que apenas a gestÃ£o pÃºblica poderÃ¡ garantir a prossecuÃ§Ã£o dos mais altos interesses do Estado e dar resposta adequada aos imperativos de justiÃ§a social e equidade que caracterizam a sociedade moderna do futuro.

Nesse sentido, o STAL reafirma a sua oposiÃ§Ã£o ao modelo de concentraÃ§Ã£o da Ã•gua e ambiente em sistemas multimunicipais detidos maioritariamente pela Ã•guas de Portugal, cuja privatizaÃ§Ã£o chegou a ser calendarizada pela anterior coligaÃ§Ã£o de direita PSD-CDS/PP, e exige a adopÃ§Ã£o de polÃ­ticas que promovam o investimento e a gestÃ£o pÃºblica no sector, designadamente atravÃ©s do reforÃ§o do papel dos municÃ­pios e das suas associaÃ§Ãµes (os Ã¡rgÃºs democrÃ¡ticos mais prÃ³ximos das populaÃ§Ãµes, conhecedores das suas necessidades e mais directamente por elas controlados), bem como de uma efectiva regionalizaÃ§Ã£o.

Na data em que se assinala do Dia Mundial da Ã•gua, o STAL nÃ£o pode deixar de reiterar o seu profundo repÃ©dio pelo projecto de Lei-quadro da Ã•gua, apresentado pelo governo de DurÃ£o Barroso, que constituiu uma tentativa de abrir brechas na legislaÃ§Ã£o portuguesa com vista Ã mercantilizaÃ§Ã£o total da Ã•gua, incluindo a compra e venda de direitos sobre o uso das bacias hidrogrÃ¡ficas, das Ã•guas subterrÃ¢neas, dos rios e das praias.

Atento Ã s experiÃªncias conhecidas, quer no nosso paÃ­s quer internacionalmente, o STAL faz um balanÃ§o negativo da actividade das empresas privadas no sector da Ã•gua e do ambiente, sublinhando que, na generalidade dos casos, este tipo de exploraÃ§Ã£o nÃ£o contribuiu para uma utilizaÃ§Ã£o mais racional dos recursos nem para a melhoria da qualidade do serviÃ§o prestado.

Em contrapartida, as populações foram sobrecarregadas com aumentos vertiginosos das taxas e tarifas, os trabalhadores perderam direitos e capacidade reivindicativa, registando-se situações alarmantes em que a ausência de investimentos na construção e manutenção das infra-estruturas provocam frequentes e prolongadas interrupções no abastecimento público e elevadas taxas de desperdício do precioso líquido através de rupturas na rede.

A consciência da importância vital da água para o conjunto da sociedade, levaram a Holanda e o Uruguai a aprovar, no último quadrimestre de 2004, legislações que proíbem claramente a entrada de capitais privados no sector da água e saneamento, os quais ficam reservados à gestão pública, situação que de resto esteve constitucionalmente consagrada em Portugal através da revisão de 1991 e consequente publicação, em 1993, da lei que alterou a delimitação de sectores entre público e privado (Lei 372/93 de 29/10).

Num ano já inexoravelmente marcado pela seca, o STAL acompanha com preocupação os problemas que a escassez de água está a provocar em vários sectores de actividade, em particular na agricultura, bem como as previsíveis dificuldades que surgirão no abastecimento de água às populações em algumas regiões do país, reforçando os apelos à população para a necessidade de parcimónia na sua utilização.

No entanto, alerta e desde já condena eventuais tentativas de aumento dos preços da água para consumo doméstico que, a pretexto da sua escassez temporária, venham a ser apresentadas como forma de moderar o consumo.

A água não é uma mercadoria qualquer mas um direito fundamental que deve ser assegurado a todos os cidadãos, sendo por isso de repudiar quaisquer manobras que visem retirar benefício de uma situação penosa para as populações e grave para o país.

Â

Â